



SUPLEMENTO ESPECIAL MOÇÕES AO XXI CONGRESSO



ANTÓNIO COSTA REELEITO SECRETÁRIO-GERAL

PÁG. 2

SIMPLEX +
**MODERNIZAR O ESTADO E
SIMPLIFICAR A VIDA DOS
CIDADÃOS** PÁG. 11



CONVERSAS PS
**O SETOR BANCÁRIO
EM PORTUGAL** PÁG. 5

**PRECARIEDADE:
VIDAS DE SEGUNDA** PÁG. 5

**CRISE DOS REFUGIADOS:
QUE RESPOSTAS?** PÁG. 4

**COOPERAÇÃO, DIREITOS
E DESENVOLVIMENTO:
QUE FUTURO?** PÁG. 3



3, 4 E 5 DE JUNHO
FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



DIAS ÚTEIS
ÀS 17H

CONTEÚDOS
EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

M. R. / R.S.A.

A ESCALDAR

A "liberdade de escolha" da direita

O Ministério da Educação está neste momento a reorientar os seus recursos para uma escola pública de cada vez mais qualidade e a gerir melhor os recursos financeiros. É neste âmbito que se insere a revisão dos contratos de associação com alguns colégios privados onde existe a pouca distância escolas públicas com capacidade para acolher estudantes no âmbito da rede pública de ensino. A direita não compreende esta batalha pela escola pública garante da igualdade de oportunidades e de uma verdadeira liberdade de escolha.



QUENTE

Passos Coelho em branco

Falar do ex-primeiro-ministro, que liderou a coligação de direita durante os últimos longos quatro anos e meio, que deixou milhões de portugueses à beira da exaustão, é recordar uma personagem que, com a sua agenda ideológica, ficará para a história como alguém que conseguiu fazer o país regredir três décadas.



Vê-lo hoje a protestar contra o desemprego, quando o legado que deixou ao país foram as maiores taxas de desemprego de que há memória, ou ouvi-lo falar dos problemas orçamentais, quando liderou um Governo que cometeu a proeza de apresentar sucessivos orçamentos retificativos, diz tudo sobre a sua maneira de fazer política.

Não haja ilusões. PSD e Passos Coelhos mantêm a mesma agenda e defendem exatamente as mesmas soluções de austeridade com os trágicos resultados conhecidos para milhões de portugueses.

FRIO

Poupar na burocracia e modernizar o Estado

Modernizar o Estado para simplificar a vida dos portugueses é o objetivo central do Simplex 2016, apresentado pelo Governo do PS.



O programa, com mérito reconhecido internacionalmente, retoma o processo de reforma da Administração Pública travado pelo anterior Executivo de coligação PSD/CDS.

A direita quis fazer crer que a reforma do Estado passava por privatizar, encerrar serviços públicos, despedir funcionários e desqualificá-los.

Já o Governo do PS, por iniciativa da ministra Maria Manuel Leitão Marques, a obreira do Simplex demonstra que a meta passa por poupar na burocracia e, ao mesmo tempo, aumentar a qualidade da relação entre o Estado e os cidadãos.

GELADO

Homenagem a um herói

Desde o dia 15 de maio que o aeroporto de Lisboa passou a ter o nome do homem que fundou a aeronáutica civil portuguesa: Humberto Delgado.



A proposta foi apresentada pela Câmara de Lisboa, quando o atual primeiro-ministro, António Costa, liderava a autarquia.

Humberto Delgado foi uma figura maior da oposição à ditadura salazarista, um "herói da liberdade", que fez tremar a ditadura nas presidenciais de 1958 e que pagou com a vida a sua luta por um Portugal democrático e livre.

Humberto Delgado teve um papel relevante e decisivo na implantação da aviação civil no país, tendo presidido em 1945 à fundação dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP).



ANTÓNIO COSTA REELEITO SECRETÁRIO-GERAL

Os militantes do Partido Socialista reelegeram António Costa como Secretário-geral, num ato eleitoral que mobilizou todas as estruturas do partido no território nacional e nas comunidades portuguesas. Em simultâneo, foram também eleitos os 1763 delegados que representarão as estruturas de base do PS no XXI Congresso Nacional.

DE ACORDO com os dados oficiais revelados pela Comissão Organizadora do Congresso, António Costa foi reeleito com 95,3% dos votos expressos, quando estavam apurados, às zero horas do dia 22 de maio, 92,7% do escrutínio global, recolhendo a candidatura de Daniel Adrião 2,8% dos votos.

Na eleição, que decorreu em

simultâneo, dos 1763 delegados ao Congresso Nacional, a moção de Daniel Adrião, "Resgatar a Democracia", elegeu 21 delegados, tendo a moção de António Costa, "Cumprir a Alternativa, Consolidar a Esperança", eleito os restantes delegados já apurados.

De um universo eleitoral de 49.127 militantes socialistas, votaram para as eleições de

Secretário-geral e dos delegados ao Congresso cerca de 63,81%.

O 21º Congresso Nacional do PS realiza-se nos próximos dias 3, 4 e 5 de junho, na Feira Internacional de Lisboa. Pode consultar no Acção Socialista Digital, edição de 23 de maio, toda a informação e documentação relativa à reunião magna. ■

ELZA PAIS É A NOVA PRESIDENTE DAS MULHERES SOCIALISTAS

EM ESCRUTÍNIO realizado nos dias 20 e 21 de maio, Elza Pais foi eleita como a nova presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, recolhendo 88,7% dos votos apurados. Já a lista para a Comissão Política deste órgão obteve 85,35% dos votos.

Socióloga, investigadora e professora universitária, Elza Pais foi secretária de Estado da Igualdade no XVIII Governo Constitucional. Exerceu os cargos de presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e do Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência e foi alta-comissária do Projeto Vida.

Coordenou a Estrutura de Mis-



são contra a Violência Doméstica e foi coordenadora nacional do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, em 2007. É deputada à Assembleia da República, eleita pelo

círculo de Coimbra. Apresentou a candidatura à presidência do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, para a qual foi agora eleita, com a moção "Novas Lideranças". ■



JORGE FERREIRA

PS ASSUME EMPENHO PARA REFORÇAR POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO

Teve lugar no dia 17 de maio, na sede nacional do PS o último debate do ciclo que o partido organizou com a sociedade civil sobre um conjunto de temas de atualidade, desta vez dedicado à cooperação e ao desenvolvimento, preparatórios do 21.º Congresso Nacional que terá lugar em Lisboa, nos próximos dias 3, 4 e 5 de junho.

SUBORDINADO ao tema "Cooperação, Direitos e Desenvolvimento: Que Futuro?", este encontro contou com uma apresentação inicial pela deputada Maria Antónia Almeida Santos, abrindo-se uma sessão de debate com a participação de António Moreira, vereador da Cultura da Câmara da Amadora, Carlos Sangreman, investigador no CEaA, Kamal Mansinho, professor no IHMT, Maria Hermínia Cabral, diretora do programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, Raquel Abecasis, presidente da ONG Vida, e Rui Miguel Santos, presidente da comissão executiva da CESO. A conversa foi dinamizada por Fátima Proença, presidente da ACEP, e Nelvina Barreto, coordenadora do Movimento de Mulheres Guineenses. Falando no final dos trabalhos em mais uma das conversas abertas à cidadania, a Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes deixou uma nota de "otimismo" sobre o futuro do PS, justificado também, como salientou, pela "grande adesão" que estes encontros tiveram junto da sociedade civil, lembrando que os partidos políti-

cos "só são verdadeiramente úteis" se fizerem uma ligação à sociedade civil e se conseguirem ser o "eco das preocupações das pessoas". Para Ana Catarina Mendes, o tema da cooperação assume um carácter de extrema importância e de grande significado para o PS. Uma cooperação, como sublinhou, que se estende em solidariedade internacional e na educação para o desenvolvimento. Reconhecendo que a temática da cooperação e o trabalho que as ONG têm empreendido "nem sempre foi alimentado e acarinhado" por todos os governos, a dirigente socialista mostrou-se otimista quando ao futuro imediato do papel que a cooperação em Portugal pode vir a assumir em breve, garantindo que o Governo e o PS "estão fortemente mobilizados e empenhados" numa forte política de cooperação. A Secretária-geral adjunta lamentou o que classificou como "mais uma herança negativa" deixada pela direita nos últimos quatro anos e meio, um período que descreveu como de "subdesenvolvimento e de retrocesso na área da cooperação", fac-

to que não impediu, como realçou, que o PS deixasse de apresentar no Parlamento, neste período conturbado de governação da direita, um vasto conjunto de iniciativas e de propostas no âmbito da solidariedade com os povos irmãos de Portugal. Para a também deputada e vice-líder da bancada parlamentar, o PS ao apostar na valorização e no aprofundamento das políticas de cooperação está, não só a abrir a porta a um diálogo social mais estruturado e "mais alargado", com a sociedade civil, como também a contribuir para ampliar o "consenso político", possibilitando que a esquerda se possa "juntar e encontrar respostas para os problemas que afligem as pessoas". A dirigente do PS fez ainda questão de salientar que quando no PS se falar de cooperação para o desenvolvimento "estamos sobretudo a falar de educação para os direitos humanos", garantindo que "há vontade política" no Governo e no PS para se avançar com um conjunto de iniciativas que deem corpo a uma verdadeira e justa política de cooperação. ■



Nos passados dias 20 e 21 deste mês, os militantes do PS elegeram o seu Secretário-geral, os Delegados ao XXI Congresso, a Presidente e a Comissão Política do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas. António Costa foi reeleito pela esmagadora maioria dos eleitores (95,3%) e viu reforçado o apoio à sua estratégia política e às opções governativas.

Daniel Adrião - adversário de António Costa nesta disputa, não por divergir da orientação política seguida pela atual direção - obteve 2,8% dos votos expressos.

Elza Pais é a nova líder das mulheres socialistas. Com o seu projeto "Novas Lideranças", conseguiu unir e mobilizar as mulheres e obter 88,7% do voto feminino.

De portas abertas à cidadania e preparando o 21.º Congresso Nacional, o PS vem organizando um conjunto de "Conversas" sobre temas de grande pertinência e atualidade: "Setor bancário em Portugal", "Precariedade: vidas de segunda", "Crise dos refugiados: que respostas" e "Cooperação, direitos e desenvolvimento: que futuro?".

Enquanto no PS, a secretária-geral adjunta Ana Catarina Mendes promove o debate de ideias, honrando a história e o património do partido, no Governo, o primeiro-ministro António Costa dá cumprimento ao programa eleitoral e apresenta um conjunto de propostas ambiciosas e inovadoras para melhorar a vida dos portugueses, reduzindo o peso da burocracia e modernizando a Administração Pública (AP). Dantes, a reforma do Estado era um "jargão" que ficava bem no discurso politicamente correto e cabia numa folha A4. Só com os governos socialistas se alterou o statu quo e se deu prioridade ao assunto. Medidas como o "cartão de cidadão", a "empresa na hora" e o "registo online" são alguns exemplos de inovação do Programa Simplex, que faz dez anos.

Agora, o "O Simplex voltou em estilo Mais", nas palavras da ministra da Presidência e da Modernização Administrativa Maria Manuel Leitão Marques. Mais em quantidade. Mais em qualidade. De facto, com o "Simplex + 2016", assistimos a uma verdadeira revolução para tornar a administração mais eficaz e transparente. Os trabalhadores dependentes, os aposentados e os pensionistas vão ficar desobrigados de entregar a declaração de IRS. Qualquer cidadão vai poder tratar da emissão e revalidação da Carta de Condução sem sair de casa. Vai acabar o calvário burocrático para os familiares de um falecido, uma vez que vão poder tratar de tudo num só lugar. Estes exemplos são uma pequena amostra das 255 medidas preparadas com as pessoas e a pensar nas pessoas. Para saber para que serve fazer e a quem serve o que se faz, foi preciso ouvir e conhecer as necessidades e os anseios dos cidadãos, identificar os bloqueios e os constrangimentos no funcionamento dos serviços públicos, conhecer a realidade e dialogar com o país. Foi o que fez a secretária de Estado adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca, realizando a "Volta Nacional Simplex", um périplo de três meses pelas capitais de distrito, incluindo as Regiões Autónomas, para identificar os problemas que os cidadãos e as empresas enfrentam na sua relação com a AP. Para nós, socialistas, reformar não significa mudar de sítio, implica melhorar.

Unamuno escreveu que "quem não sente a ânsia de ser mais, não chegará a ser nada". Sem ambição não há mudança nem progresso. Sem audácia não se sai da mediania. A ambição e a audácia levam-nos a ir mais longe, a arriscar, a inovar e empreender. Verbos que são diariamente conjugados e declinados pelo PS e pelo governo. Para fazer mais e melhor. ■



JORGE FERREIRA

CONFERÊNCIA SOBRE REFUGIADOS

EUROPA ASSISTE A UMA TRAGÉDIA A QUE URGE DAR RESPOSTA

O fenómeno dos refugiados representa hoje uma das maiores “tragédia” com que a Europa e os países limítrofes dos territórios em conflito se deparam, afirmou no dia 19 de maio, em Lisboa, o ex-alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados e ex-Secretário-geral do PS, António Guterres.

SUSTENTANDO não vislumbrar nenhuma razão para otimismo, uma vez que, como realçou, os conflitos que estão na origem do crescente número de refugiados permanecem, e nalguns casos, como lembrou, têm mesmo dado mostras de se estarem a intensificar, António Guterres criticou os potenciais países de acolhimento por apenas encontrarem respostas a este fenómeno “fechando as fronteiras”, apesar do número de deslocados “estar a aumentar”.

Para o também candidato a Secretário-geral das Nações Unidas, que falava na conferência promovida pelo PS sobre refugiados, que decorreu na sede nacional do partido perante cerca de duas centenas de pes-

soas, e que contou ainda com a presença da Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes e com a participação do ministro-adjunto Eduardo Cabrita e do ex-eurodeputado Rui Tavares, o quadro atual da situação dos refugiados à escala mundial assume um carácter desesperante, advertindo que nos últimos anos se tem mesmo assistido a “uma aceleração enorme e dramática” deste fenómeno com “cada vez mais pessoas a fugirem de conflitos armados”.

Falando de números “que dão uma ideia da tragédia a que estamos a assistir”, António Guterres referiu que em 2010 o número de refugiados por dia era de 11 mil, no ano seguinte passou para 14 mil, em 2012 o número de refugiados aumen-

tou para 23 mil por dia e em 2014, segundo os últimos dados, “já eram mais de 42500 os refugiados que por dia abandonavam as suas terras.

Um quadro que na opinião do ex-primeiro-ministro demonstra de forma clara que se assiste a uma multiplicação de novos conflitos, ao mesmo tempo que se verifica que as guerras que se desenrolam, nomeadamente na Somália, no Afeganistão ou na República Democrática do Congo, permanecem e insistem em não desaparecer. Para António Guterres, importa que todos “estejamos preparados” para que o número de refugiados não venha a diminuir nos próximos anos, pelo contrário, como realçou, tudo aponta para que a curto prazo “ve-

nam mesmo a aumentar” de forma ainda mais significativa. António Guterres advertiu ainda os portugueses para não “embandeirarem em arco” sobre as condições de acolhimento dos refugiados, já que, na sua opinião, apesar da “generosidade”, falta “organização entre os serviços do Estado no acolhimento”.

Fronteiras fechadas problemas agravados

Para o ex-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, tudo se agrava quando se levantam barreiras e muros nas fronteiras que antes “estavam globalmente abertas” para os refugiados ainda no início da década, e que agora, lamentou, se começaram a fechar, sobre-

tudo em certos países europeus desenvolvidos.

Já o antigo eurodeputado Rui Tavares aproveitou a sua intervenção, depois de elogiar António Guterres e manifestar apoio à sua corrida para Secretário-geral das Nações Unidas, para criticar as políticas da União Europeia em matéria de acolhimento de refugiados, tese que foi também subscrita pelo ministro-adjunto, Eduardo Cabrita, que depois de se congratular com o “grande consenso” que existe em Portugal no que respeita às formas de acolhimento, e de enaltecer igualmente o papel desempenhado neste domínio pelo ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, lamentou o “fracasso da estratégia europeia”.

CONFERÊNCIA SOBRE PRECARIIDADE EM DEFESA DO EMPREGO DE QUALIDADE

“A austeridade escolheu a precariedade laboral como opção ideológica”, afirmou no dia 10 de maio a Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, no final da segunda conferência de preparação do Congresso Nacional, que decorreu na sede nacional do partido.

ACUSANDO o anterior Executivo de direita do PSD/CDS de ter apostado em políticas que empurraram para a precariedade milhares de portugueses, fenómeno que, como garantiu, atingiu “várias faixas etárias”, chegando mesmo a abranger 50% da população ativa, Ana Catarina Mendes foi perentória ao afirmar que este facto se deve exclusivamente a uma “opção ideológica” da direita. Sob o lema “Precariedade, vidas de segunda”, esta conferência que o PS organizou com a sociedade civil, e na qual participaram independentes em representação de movimentos sociais, como os Precários Inflexíveis, Academia Cidadã e Geração à Rasca, ouviu a dirigente socialista a aconselhar que ninguém se engane que a precariedade se esgota nos jovens desempregados, sustentan-

do que o fenómeno é “extensível igualmente a mais de 50% da população ativa”.

Na sua intervenção, a também primeira vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS acusou o Governo anterior de ter “empurrado” trabalhadores para situações de “exclusão social, desigualdade e de injustiças”, reafirmando que o Executivo socialista tudo está a fazer para inverter este cenário, combatendo, desde logo, como realçou, a “alienação política”, de modo a encurtar a distância e a “descrença da sociedade perante o poder político”.

Emprego inseguro empurra para a exclusão

A este propósito, Ana Catarina Mendes enalteceu o trabalho que o Governo liderado por António Costa tem vindo a desenvolver



JORGE FERREIRA

junto dos vários movimentos sociais de participação cívica, facto que, como sublinhou, tem permitido, ao contrário do que sucedia anteriormente com a direita, “abrir a porta” ao diálogo para “encontrar as melhores soluções”.

A dirigente do PS reafirmou que o emprego de má qualidade, precário e inseguro, “empurra”, inevitavelmente, os trabalhadores para situações de exclusão social, de desigualdade e de injustiça, e que, inversamente, o emprego de qualidade “ajuda a criar riqueza”, sendo este o “desígnio que o PS prossegue”.

Defender a contratação com direitos

Já o coordenador da bancada socialista para as questões de Tra-

balho, Tiago Barbosa Ribeiro, alertou para a “intoxicação” feita pela direita junto da opinião pública ao tentar passar a mensagem de que é melhor ser precário do que estar no desemprego.

“Não há precariedade boa. Temos de defender a contratação com direitos, porque não é nenhuma benesse do empregador, é uma garantia fundamental do nosso contrato social”, defendeu.

O também líder da Concelhia do Porto considerou a luta contra a precariedade como “uma matéria absolutamente central”, Tiago Barbosa Ribeiro sublinhou que a discussão deste tema surge num “contexto muito preciso” de uma maioria de esquerda que deu expressão à vontade da maioria do povo português.

Governo estuda medidas de combate à precariedade

E que “só foi possível”, frisou, “depois do maior ataque antissocial e antimundo do trabalho desde o 25 de Abril” levado a cabo pelo anterior Governo.

Na sua intervenção, o deputado socialista adiantou que existe um grupo de trabalho constituído por representantes da maioria parlamentar que suporta o Governo e que estuda neste momento medidas para combater a precariedade laboral.

Tiago Barbosa Ribeiro defendeu ainda que os serviços da Administração Pública “têm de dar o exemplo”, não recorrendo à celebração de contratos a prazo. ■

CONFERÊNCIA SOBRE SECTOR BANCÁRIO É URGENTE COMPLETAR A UNIÃO BANCÁRIA EUROPEIA PARA DEFENDER A ECONOMIA

A SENSACÃO de incerteza que a regulação do sector bancário gerou nos últimos anos exige que o PS não vire as costas a este problema, mas que o enfrente em conjunto com os seus responsáveis e protagonistas, defendeu ontem Ana Catarina Mendes, no encerramento do primeiro de um ciclo de debates abertos que o PS está a organizar, a caminho do seu XXI Congresso Nacional.

Na conclusão de um amplo e participado debate subordinado ao tema “Desafios do sector bancário”, que juntou vários oradores convidados de relevo, na sede nacional, a Secretária-geral adjunta lembrou que o PS defende um sector bancário sólido, “assente

num modelo sustentável de negócios”, que assegure uma rentabilidade “justa e equilibrada”, mas também um sector que tenha perspectivas de crescimento e que “inspire a confiança dos clientes e dos investidores”.

Reafirmou, por isso, a “urgência” em se darem novos passos para completar e aprofundar a constituição do Mecanismo Europeu de Garantia de Depósitos, criticando o estado atual em que se encontra a união bancária, dizendo-a “incompleta”, e lamentando que a União Europeia decida, em momentos de crise, “suportar mais a banca do que os seus depositantes”, o que em sua opinião manifesta “um desequilíbrio” que “urge corrigir”.



JORGE FERREIRA

Hoje, a sensação de incerteza no futuro da regulação da banca, sustentou Ana Catarina Mendes, “preocupa muitos portugueses”, reclamando que tanto o Estado como os privados têm de saber dar as respostas necessárias às angústias que assaltam os cidadãos.

Rigor e maior firmeza na supervisão

Um equilíbrio que segundo a dirigente do PS tem de ser encontrado o mais rápido possível, quer a

nível interno, quer em relação à Europa, avançando numa verdadeira União Bancária, porque a economia, como defendeu, “não pode, nem deve viver do permanente sobressalto” sobre a possibilidade de se financiar para produzir.

Neste sentido, Ana Catarina Mendes defendeu a constituição da linha de crédito que “funcionará como segurança do fundo de resolução”, a par de uma maior clareza do papel a desempenhar pela união bancária, que segundo

a Secretária-geral adjunta do PS, não estará completa até que seja constituído um mecanismo europeu de garantia dos depósitos “para gerar confiança nos cidadãos e nas próprias instituições”. Mas tal não implica, como realçou, que o Estado e as instituições financeiras portuguesas não tenham também elas que encontrar novos mecanismos de “rigor, transparência e de maior firmeza na supervisão”, de forma a dar outra confiança a clientes e investidores. ■



MOÇÕES E CANDIDATURAS À LIDERANÇA DO PS

António Costa e Daniel Adrião formalizaram no dia 5 de maio, na sede nacional, a entrega das suas moções de estratégia globais ao XXI Congresso Nacional e das respetivas candidaturas à liderança do PS, ao presidente do partido, Carlos César.

ANTÓNIO COSTA afirmou que a sua recandidatura ao cargo de Secretário-geral do PS “visa mobilizar não só os socialistas mas o conjunto do país em torno dos grandes objetivos que temos e que estão expressos no Programa Nacional de Reformas”.

Segundo o primeiro subscritor da moção de estratégia nacional “Cumprir a Alternativa, Consolidar a Esperança”, esta é uma moção “que se foca no dever principal do PS que é honrar os compromissos com os portugueses, os seus parceiros de maioria parlamentar e os compromissos que assumiu

na execução do programa do Governo”.

António Costa sublinhou que a moção que apresenta a Congresso “não fecha o PS para os grandes desafios que marcam o futuro da Europa” e que “reafirma as duas grandes batalhas do partido nos próximos anos: reforço das autonomias regionais e aprofundamento da descentralização como pedra angular da reforma do Estado”.

O recandidato à liderança do PS disse ainda que a sua moção procura dar continuidade à ideia de que “o PS não se pode esgotar na ação governativa, tem de ser o elo de liga-

ção dos socialistas que estão no Governo com a sociedade no seu conjunto e um partido cada vez mais aberto, mais atrativo para os jovens de com maior capacidade de lidera os debates que se colocam na sociedade”.

Reforma do sistema político deve ser prioridade

“A reforma do sistema político deve ser prioridade”, designadamente através de uma nova lei eleitoral “com círculos uninominais e um de compensação nacional que estabeleçam uma relação mais direta entre

os candidatos e os eleitores”, defendeu Daniel Adrião, primeiro subscritor da moção de estratégia nacional “Resgatar a Democracia”.

O candidato a Secretário-geral sustentou que “é preciso aprofundar a democracia interna no PS”, uma vez que, disse, se “assiste a uma erosão da base de apoio”, sendo necessário “reganhar a confiança das pessoas”.

Daniel Adrião defendeu que “é necessário mais democracia política” num país onde se vem assistindo desde as primeiras eleições livres em 1975 a um crescente abstencionismo.

“Nas últimas eleições legislativas votaram 56% dos eleitores inscritos, enquanto nas europeias só votaram um terço dos eleitores”, disse.

Mas para além de “mais democracia política”, o candidato a líder do PS defendeu que é preciso também “mais democracia económica”.

E isto porque, frisou, “desde há vinte anos que se assiste a um aumento brutal das desigualdades” no país, dando como exemplo o facto de 48% dos portugueses viverem na pobreza antes dos apoios sociais. “É preciso mais justiça social”, defendeu. ■

PS/MACAU CONVIDADO A PARTICIPAR NO CONGRESSO NACIONAL

A Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, reuniu-se em Macau com militantes e simpatizantes socialistas do território, tendo aproveitado a ocasião para convidar a secção local do PS a participar no 21.º Congresso Nacional do partido.

“**PRECISAMOS** de ter todas as vozes”, afirmou a dirigente socialista, sublinhando que este será um congresso “aberto à sociedade” e que “terá a participação de militantes e simpatizantes nos vários debates”.

No final do encontro, Ana Catarina Mendes realçou que “o partido não se esgota em Portugal, mas estende-se a todas as ramificações”, destacando que num território “onde os parti-

dos políticos estrangeiros não são uma normalidade, o facto de o PS estar a desenvolver a sua atividade, ter um determinado número de militantes, mas também um número significativo de simpatizantes, diz bem do respeito que conquistaram aqui dentro e da capacidade que têm de passar a sua mensagem”.

De entre os temas abordados na reunião com os socialistas de Macau, a Secretária-geral ad-

junta salientou ainda “a batalha comum” pela divulgação da língua portuguesa e a resposta a situações de precariedade de jovens emigrantes.

Ana Catarina Mendes deslocou-se a Macau antes de partir para Pequim, onde participou num fórum de alto nível, a convite do Partido Comunista da China.

“O Partido Socialista foi convidado pelo Partido Comunista chinês para participar no fórum

dos representantes de alto nível dos partidos europeus com relações com a China” e, neste âmbito, sendo “fundamental que se mantenha esta boa relação entre a Europa e a China, o papel de Portugal é absolutamente decisivo”, sustentou.

Ana Catarina Mendes destacou ainda a aposta que o Governo de Macau está a dedicar à língua e cultura portuguesas, e à sua difusão, salientando também a

existência de “projetos muito interessantes liderados por portugueses por toda a China”.

O secretário-coordenador da secção do PS em Macau, Tiago Pereira, sublinhou, por seu lado, que o objetivo principal da estrutura, que conta com cerca de três dezenas de militantes e mais do dobro de simpatizantes, passa sobretudo por procurar envolver a comunidade local na vida política portuguesa. ■



V FÓRUM CHINA-EUROPA

ANA CATARINA MENDES DESTACA PAPEL ESTRATÉGICO DE PORTUGAL

A Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, enalteceu em Pequim a abertura da China ao mundo e considerou que Portugal pode assumir um papel estratégico na iniciativa «Rota da Seda do Século XXI».

A DIRIGENTE socialista esteve presente na capital chinesa, onde participou no V Fórum de Alto Nível China-Europa, sublinhando a importância do reforço das relações de cooperação da Europa, e de Portugal em particular, com o parceiro estratégico asiático. Sobre as relações entre a China e a União Europeia (UE), Ana Ca-

tarina Mendes defendeu que as relações entre a China e a União Europa, com algumas divergências pontuais, apresentam “um saldo que nos últimos anos é positivo”, destacando também o interesse que Pequim tem vindo a consolidar sobre a importância estratégica do nosso país no espaço europeu. “Se olharmos para o investi-

mento chinês no Porto de Sines, é sinal de que não somos apenas um retângulo que está na ponta da Europa”, afirmou, reforçando que “o papel estratégico de Portugal na ligação com a Europa e com o mundo” poderá revelar-se um instrumento fundamental para a iniciativa chinesa «Rota da Seda do Século XXI». Esta iniciativa consiste num

plano de infraestruturas de enorme dimensão, que pretende reativar a antiga Rota da Seda entre a China e a Europa através da Ásia Central, África e sudeste Asiático. O plano inclui a construção de uma malha ferroviária de alta velocidade entre a China e a Europa, que vai abranger 65 países e 4,4 mil milhões de pes-

soas, segundo Pequim. Falando à margem da cimeira, Ana Catarina Mendes enalteceu ainda as “boas relações” entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Chinês, “quer quando o PS está na oposição, quer quando o PS está no poder” em Portugal. “Há uma certa deferência connosco”, realçou a dirigente socialista. ■

ANA CATARINA MENDES DEFENDE PS DEVE ESTAR MAIS ABERTO À SOCIEDADE

Após o próximo Congresso socialista, o 21.º, a decorrer de 3 a 5 de junho, em Lisboa, a Secretária-geral adjunta quer ver “um PS mais participado, mobilizado e, sobretudo, mais aberto à sociedade”.

EM ENTREVISTA ao “Diário de Notícias”, Ana Catarina Mendes fala em “efetivação da abertura” socialista, garantindo que esta terá uma tradução na orgânica do partido. A tradução, de resto, conforme sublinha, “já começou” com a preparação realizada

nas várias conferências em que participaram movimentos sociais, independentes e simpatizantes. “Acho muito importante que o PS reveja a forma de vinculação ao partido independentemente das quotas”, sublinhou a dirigente socialista. Faz por isso sentido, defende

Ana Catarina Mendes que se discuta no próximo mandato a forma de vinculação procurando uma “maior abertura”. “E nos órgãos do partido deveríamos ter um terço dos membros que fossem políticos não profissionais”, advoga, explicando que “o PS é um partido de cidadãos normais

“Nos órgãos do partido deveríamos ter **um terço** dos membros que fossem **políticos não profissionais**”

e não só de deputados, autarcas e membros do governo. Quanto a possíveis alterações estatutárias, a Secretária-geral adjunta afasta essa hipótese. “Mas a questão da vinculação ao partido será matéria para os próximos órgãos nacionais discutirem”, adiantou. ■

PRESTAÇÃO ÚNICA PARA DEFICIÊNCIA JÁ NO PRÓXIMO ORÇAMENTO

A secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, revelou que o Governo espera incluir a prestação social única para a deficiência já no próximo Orçamento do Estado para 2017.

A PRESTAÇÃO única, que se encontra ainda em fase “de análise e de estudo de vários modelos”, segundo explicou a governante, vem ampliar o conjunto de iniciativas que o Executivo incluiu já no Orçamento deste ano, permitindo “reforçar um pouco os rendimentos das pessoas com deficiência”.

Ana Sofia Antunes defende que esta medida visa, sobretudo, responder às necessidades das pessoas que enfrentam “uma situação de maior debilidade, em razão do desemprego, discriminação e pobreza”, lembrando que “muitas pessoas com deficiência viviam exclusivamente da pensão social

de invalidez, que tinha um valor exclusivo de 200 euros”.

Um valor que, frisou, “não tira ninguém de uma situação de pobreza e muito menos permite fazer face a despesas específicas que advêm somente da situação de deficiência”.

A secretária de Estado falava à margem da cerimónia de inauguração do centro de atividades ocupacionais (CAO) do Centro de Apoio a Deficientes Profundos João Paulo II, em Fátima, concelho de Ourém, ocasião para assinalar que o país tem já uma “resposta bastante completa” a nível destes espaços, destinados a pessoas com graus de funcionalidade



JORGE FERREIRA

“inferiores a 30%”.

A questão que se coloca, segundo Ana Sofia Antunes, prende-se com “situações concretas de pessoas com deficiência en-

caminhadas para os CAO e que, provavelmente, não precisavam de estar neste tipo de resposta”. Nesse sentido, avançou, o Governo vai iniciar no segun-

do semestre deste ano “uma reavaliação de situações que estão enquadradas em CAO e que poderão ser estimuladas para outro tipo de atividade”. ■

PMA PS AVANÇA NA CAMINHADA PELA LIBERDADE E IGUALDADE NA FAMÍLIA

O acesso à Procriação Medicamente Assistida (PMA) será alargado após a aprovação, na Assembleia da República, do projeto de lei nesse sentido que recolheu os votos favoráveis das bancadas do PS, BE, PCP, PEV, PAN e 16 deputados do PSD.

NO INÍCIO do mês, um grupo de trabalho específico do Parlamento aprovou, em sede de comissão, as alterações à PMA, na sequência de um texto de substituição apresentado pelo PS, passando a permitir o recurso a técnicas de fertilização a mulheres sozinhas, casadas ou em união de facto com outra mulher.

Uma década depois de ter entrado em vigor a lei emanada de uma iniciativa socialista e que constituiu um passo em frente determinante no domínio da

PMA, só era permitido o recurso a estas técnicas a casais ou uniões de facto heterossexuais. Neste contexto, a bancada do PS considerou “indispensável” introduzir alterações que melhorassem o diploma em vigor e alargassem o âmbito de destinatários, “de forma a eliminar discriminações injustificadas”.

Na exposição de motivos do projeto de lei, os deputados do PS referem que o texto atual da lei é “insuficiente” face ao texto constitucional pelo menos em três níveis de análise: é



JORGE FERREIRA

discriminatória e incompatível com o princípio da igualdade, é desconforme com o direito de constituir família e “não assegura plenamente a realização do direito ao livre desenvolvimento da personalidade”.

Partindo do princípio que defende a possibilidade de assegurar a realização do direito à descendência biológica, acessível a todas e a todos, a iniciativa socialista agora aprovada “altera o paradigma da lei no que concerne à definição das técnicas de PMA en-

quanto meramente subsidiárias, passando a defini-las como técnicas complementares de procriação, e elimina os requisitos que condicionavam o acesso em função do estado civil e da orientação sexual dos casais, passando a exigir apenas a maioria, a ausência de interdição ou inabilitação por anomalia psíquica e a prestação de consentimento informado.”

São ainda introduzidas alterações destinadas a regular a definição da parentalidade nos

casos de recurso à PMA por casais.

Ainda na exposição de motivos, os deputados recordam que “o PS iniciou esta caminhada” em 2006, “tendo chegado a hora de, em coerência com os valores de liberdade e igualdade que caracterizam a nossa ordem jurídico-constitucional, dar mais um passo nesse sentido, alargando o regime da PMA de forma não discriminatória a todos os que dela careçam para a realização dos seus projetos parentais e para a constituição das suas famílias.”

Parlamento aprova gestação de substituição

A Assembleia da República aprovou também o projeto de lei do BE que regula o acesso à gestação de substituição com votos favoráveis de PS, BE, PEV e PAN e 24 deputados do PSD. Com este projeto, os bloquistas pretendem permitir o recurso a outra mulher em casos de problemas de saúde que impeçam a gravidez. ■

MAIS INVESTIMENTO EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Até 2020 o Governo propõe-se aumentar para 40% a percentagem de diplomados do ensino superior ou equivalente na faixa etária entre os 30 e os 34 anos e reforçar entre 2,7 e 3,3% a percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) dedicada a investigação e desenvolvimento.

O ANÚNCIO foi feito pelo primeiro-ministro durante o encerramento da conferência de homenagem a Mariano Gago, "Caminhos do conhecimento", realizada em Lisboa.

Na ocasião, António Costa sublinhou que ambas metas constam do Programa do Governo, que coloca o aumento das qualificações de nível superior dos portugueses e um maior investimento em investigação e desenvolvimento como "objetivos centrais", visando "a promoção da ino-

vação e a construção de uma economia mais competitiva".

António Costa afirmou ainda a necessidade de "recuperar a confiança no sistema de ciência e de tecnologia, assegurando a previsibilidade dos incentivos públicos, através de um planeamento adequado das prioridades e de um enquadramento conveniente das instituições e da gestão de carreiras".

"Temos de restabelecer a clareza, a transparência e a regularidade no funcionamento dos



agentes da política científica", sublinhou o líder do Executivo socialista.

Democratização do conhecimento científico

O primeiro-ministro referiu-se também a José Mariano Gago, que nesse dia completaria 66 anos, como "um grande cien-

tista e um grande governante a quem Portugal deve o extraordinário progresso científico registados nos últimos anos".

Mariano Gago foi ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior entre 1995 e 2002 e entre 2005 e 2011, tendo António Costa assinalado o seu empenho no investimento público

em ciência e, sobretudo, na "democratização do acesso ao conhecimento científico".

As suas políticas estiveram na origem da multiplicação por 17 do número de investigadores nacionais e na multiplicação por 15 do PIB português em conhecimento científico e inovação, referiu o primeiro-ministro. ■

SEGURANÇA SOCIAL

GOVERNO AVANÇA COM PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social apresentou o plano de combate à fraude e evasão fiscal na Segurança Social que pretende arrecadar 200 milhões de euros em 2016.

MAIOR fiscalização, recuperação da dívida e redução do volume de prestações sociais pagas indevidamente são as medidas contidas no plano para alcançar a meta financeira estabelecida.

Entre o conjunto de medidas apresentadas pelo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e pela secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, está o regresso da lista de devedores à Segurança Social, a criação de uma equipa nacional de gestores para acompanhar as 500 maiores grandes empresas e a flexibilização nos pagamentos de dívidas a prestações.

Segundo referiu o ministro Viei-

ra da Silva, o relançamento público da lista de devedores à Segurança Social, que deixou de ser publicada em 2013, é uma "função importante" para captação da dívida e, antes de mais nada, "o cumprimento de uma lei".

Sobre o objetivo estabelecido pelo Governo para este ano de recuperação de cerca de 200 milhões de euros, com o plano de combate à fraude e evasão, Vieira da Silva afirmou: "Nem sequer considero ambicioso. Considero o mínimo que temos obrigação de fazer".

"Alguns dizem que o valor é incumprível, muito elevado. Não consideramos que num orçamento que as contribuições se



aproximam dos 15 mil milhões de euros e do lado da despesa ultrapassa os 20 mil milhões em prestações sociais, desse conjunto, ter um ganho acrescido, ou seja, uma poupança por melhor eficácia e melhor cumprimento, na ordem dos 200 milhões de euros", disse.

Vieira da Silva sublinhou ainda que o relançamento da lista pública de devedores terá "um

evidente reflexo na captação da dívida".

"Não tanto pela publicação, mas pelo trabalho prévio à publicação, que é de sensibilização para os contribuintes. Às vezes trata-se de situações que até fugiram ao controlo. Terem o conhecimento que vão ter o custo, que sabemos que é um custo, da exposição dessa situação, faz com que as pessoas ou paguem ou entrem num acordo prestacional para poder pagar a sua contribuição", disse.

Já a flexibilização nos pagamentos de dívidas a prestações, com o alargamento a 150 prestações, tem como objetivo a regularização da situação contributiva dos contribuintes, explicou o ministro.

"Achamos que os limites que existem são demasiado altos, porque 50 mil euros pode ser pouco para uma grande empresa, e tem direito a 150 prestações, e cinco mil euros pode ser muito para uma pequena empresa e já não ter direito a pagar em 150, mas sim em 60 prestações", acrescentou Vieira da Silva. ■

200 M€

É a verba que o Governo espera arrecadar em 2016 com o plano de combate à fraude e evasão na segurança Social



SIMPLEX +

MODERNIZAR O ESTADO E SIMPLIFICAR A VIDA DOS PORTUGUESES

Na apresentação do programa Simplex 2016, no dia 19 de maio, o primeiro-ministro lembrou que a missão do Estado não é nem privatizar nem encerrar serviços, nem tão-pouco desqualificar a Administração Pública. Mas, pelo contrário, tudo fazer para “poupar na burocracia” para que o país possa investir na qualidade do Serviço Nacional de Saúde, melhorar a segurança pública ou aumentar a qualidade do ensino.

SUBLINHANDO que o processo de modernização e simplificação da Administração Pública “é uma história que não tem fim, um processo contínuo”, António Costa disse a este propósito que vai avançar em breve com novas propostas para serem incluídas já no Simplex de 2017 e de 2018, designadamente com o fim do papel em toda a Administração Pública e, para o ano seguinte, avançar com a proibição da circulação de viaturas de serviço na cidade.

Justificou a primeira medida lembrando que neste momento o Estado gasta cerca de 52 milhões de euros em material de escritório, sendo que no conjunto, garantiu, perto de 30 milhões de euros “deverão corresponder a custos com papel”, o que justifica, disse, que 2017 seja o “primeiro ano do papel zero na Administração Pública”.

Papel zero na Administração Pública

Sobre o Simplex 2016, hoje apresentado, o primeiro-minis-

tro defendeu ser um programa concreto com 255 medidas “calendarizadas, com autores e com responsáveis”, sustentando que a Administração Pública não é mais produtiva por trabalhar mais horas ou por os seus trabalhadores ganharem menos dinheiro, afirmando não ter dúvidas que os funcionários públicos “são os primeiros interessados” em terem uma administração mais qualificada, moderna e mais próxima dos cidadãos.

Para António Costa, as medidas hoje apresentadas e incluídas no programa Simplex 2016 são decisivas para simplificarem a vida dos portugueses, dando o exemplo do preenchimento automático do IRS para os contribuintes que apenas têm rendimentos do trabalho dependente.

O Simplex, defendeu ainda o primeiro-ministro, existe “para acabar com a burocracia e modernizar o Estado”, ajudando a criar condições para que Portugal seja mais competitivo e eficiente na gestão da despesa pública de forma a contribuir para a “consolidação sus-



tentável das suas finanças públicas”.

Garantindo que o Simplex voltou “e voltou com mais força”,

António Costa considerou “essencial” que se continue com a “disciplina” instituída pelo seu Governo no sentido de legis-

lar menos, porque, justificou, “esse é um asso fundamental para ter um Estado mais moderno”. ■

Programa SIMPLEX+

2016

CONHEÇA AS MEDIDAS

“O Simplex voltou em estilo Mais”. A ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, apresentou assim o Simplex + 2016, em cerimónia que decorreu em Lisboa, presidida pelo primeiro-ministro, António Costa.

TRADUZINDO um compromisso do XXI Governo no âmbito da estratégia de modernização administrativa do Estado, o programa Simplex “voltou com a responsabilidade acrescida de ser

melhor do que os seus antecessores, na preparação, na execução e na avaliação”, referiu Maria Manuel Leitão Marques.

O Simplex + 2016 contém 255 medidas de simplificação admi-

nistrativa e legislativa e de modernização dos serviços públicos, construídas através das contribuições dos cidadãos e dos serviços ao longo deste primeiro semestre de governação. Serão

agora aplicadas durante os 12 meses que terminam em maio de 2017.

A construção do Simplex + foi também uma oportunidade para estimular a inovação, motivan-

do empreendedores e criativos a pensar sobre o setor público através do lançamento, pela primeira vez, do Startup Simplex, integrando as três iniciativas vencedoras deste concurso. ■

ENTRE AS 255 MEDIDAS DO SIMPLEX 2016, DESTACAM-SE 16 MEDIDAS EMBLEMÁTICAS:

1. Nascer Cidadão com médico do família - Será possível pedir o Cartão de Cidadão e ter médico de família logo no momento de nascimento num só balcão, em todas as unidades hospitalares. Esta medida articula-se com outras quatro iniciativas: Notícia de nascimento digital; Boletim de saúde infantil e juvenil online; Boletim de vacinas eletrónico.

2. Documentos sempre à mão - Vai poder enviar, receber, armazenar e gerir os seus documentos online, simplificando a sua relação com a Administração Pública. Assim, poderá saber onde guardou os seus documentos, uma vez que estarão sempre disponíveis, seguros e num só lugar.

3. Escola 360° - Poderá tratar de toda a vida escolar dos seus filhos num só local online: Matrículas, renovações e transferências; Informação biográfica; Turmas; Assiduidade; Avaliação; Certificados; Notificações (faltas, avaliações, sumários, calendários).

4. IRS automático - Em breve, não irá precisar de entregar a sua declaração de IRS, se for trabalhador dependente (categoria A), aposentado ou reformado (categoria H). A informação necessária é enviada diretamente à Autoridade Tributária, sem prejuízo do direito de reclamar.

5. Título Único Ambiental - Vai poder entregar todos os elementos de uma só vez, online: um só processo, um só título, uma só taxa.

6. Carta sobre rodas - Será possível tratar da emissão e revalidação da Carta de Condução (categorias A e B) só com o Cartão de Cidadão, sem sair de casa.

7. Voto em mobilidade - Poderá votar antecipadamente e em lugar de uma forma mais rápida e simples.

8. Pagamento de impostos direto - Os contribuintes vão poder pagar os seus impostos através de débito direto. Esta medida será ainda apoiada por uma aplicação para smartphone que permite receber avisos sobre as datas de pagamento.

9. Documentos sempre válidos - Seja por SMS ou via email, será possível enviar alertas sobre o final da validade de documentos como: Cartão de Cidadão; Carta de Condução; Passaporte; Certidões permanentes.

10. Registo Criminal online - Será possível pedir certificados de registo criminal através de uma plataforma online, permitindo que entidades públicas e privadas tenham acesso a essa informação durante um período de tempo.

11. Espaço Cidadão - Paris - Será criado um Espaço do Cidadão no Consulado Geral de Portugal em Paris, nomeadamente com os serviços de: Pedido europeu de Seguro de Doença; Acesso à Segurança Social Direta; Possibilidade de obter documentos de pagamento de impostos.

12. Espaço óbito - Estarão reunidos, num só lugar, vários serviços necessários após o falecimento de um familiar. Estes serão transversais a entidades

públicas e privadas.

13. Aquicultura + simples - Serão simplificados e reduzidos os prazos legais de licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, reduzindo os custos e potenciando os benefícios dos operadores.

14. Declaração de remunerações para a Segurança Social interativa - As empresas poderão, através do portal da Segurança Social, aceder e atualizar as informações relativas à Declaração de Remunerações dos seus trabalhadores. Nesta plataforma online será possível: Consultar as qualificações dos trabalhadores; Validar Declarações de Remunerações; Comunicar com a Segurança Social; Aceder a datas importantes para contribuintes e beneficiários;

- Nomear e identificar representantes.

15. Licenciamentos turísticos + Simples - Será simplificado o licenciamento dos empreendimentos turísticos, incluindo os localizados fora dos perímetros urbanos de forma a reduzir prazos, procedimentos e documentos.

16. Balcão Cidadão Móvel - Nas Beiras e Serra da Estrela, estarão disponíveis 15 unidades móveis de serviços públicos que incluem a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos desta região.

As restantes medidas dividem-se pelas áreas de Administração Pública + Eficiente, Comunicações + Simples, Documentos + Acessíveis, Licenciamentos + Ágeis, Mais Serviços e + Informação num único local, Obrigações + Simples, e Serviços para Estrangeiros + Fáceis. ■

RECONSTRUIR O QUE A DIREITA DESTRUÍU NA ESCOLA PÚBLICA

O ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, reafirmou no dia 19 de abril no Parlamento que a ação do Governo em matéria de política educativa rege-se pelo que defende ser melhor para a educação e para o país e não contra ninguém.

“ISTO não é revanchismo, é reconstrução do destruído”, disse perante os deputados, num debate marcado pela insólita acusação ao Governo, por parte das bancadas da direita, de estar a favorecer a escola pública, e assim cumprir o que é a obrigação do Estado à luz da Constituição da República Portuguesa.

Tiago Brandão Rodrigues voltou a defender a política do Executivo em relação aos contratos de associação com as escolas privadas, apenas e quando se justifica a complementaridade à oferta pública. “Como ministro da Educação tenho a responsabilidade de decidir como melhor alocar os recursos, tendo como horizonte o sucesso e a equidade dos nossos alunos. O titular da pasta da Educação anunciou também a alteração das regras de apoio a crianças

com dificuldades no percurso escolar, através da criação de tutorias de acompanhamento para alunos a partir dos 12 anos de idade e com duas ou mais retenções, revertendo assim o sistema implementado pelo Governo anterior, de encaminhamento destes alunos para o ensino vocacional.

Escola de qualidade para todos

No debate parlamentar, de interpelação ao titular da pasta educativa, o Partido Socialista, pela voz da deputada Susana Amador, saudou a visão de uma escola que afere a qualidade das aprendizagens, inclusiva e promotora da igualdade, capaz de corrigir assimetrias e de formar cidadãos, que, disse, “está agora a ser retomada, e bem, por este Governo”.

No mesmo sentido, o deputado



JORGE FERREIRA

socialista João Torres enfatizou a prossecução de “um caminho reformista que não pode ser abandonado e que está a fazer a diferença na vida dos estudantes e das suas famílias”.

O também líder da JS destacou positivamente que, em poucos meses, o atual Governo tenha anunciado a entrega de manuais escolares a todos os alunos do primeiro ano do ensino básico, colocado em prática, pela primeira vez, o sistema de empréstimos de manuais escolares e negociado o congelamento dos preços com as editoras.

“Os interesses que o senhor ministro tem defendido são os in-

teresses justos e pelos quais vale a pena estar na política”, sublinhou.

Radicalismo ideológico da direita

Por seu lado, Porfírio Silva, coordenador dos deputados socialistas na Comissão de Educação e Ciência, criticou duramente o “radicalismo” ideológico dos partidos da direita em relação à escola pública, lembrando que o anterior Governo cortou, na educação, “o dobro do que estava previsto no memorando”.

“E se houve ponto do memorando que os senhores nunca cum-

priram”, acrescentou, “foi o ponto que obrigava a poupar mais nos contratos de associação”.

O dirigente socialista sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS “não pode deixar de apoiar vivamente o Governo, quando respeita a Constituição, quando cumpre a lei e quando, no que diz respeito aos contratos, os executa de acordo com os concursos que lhes deram origem”. E dirigindo-se à bancada do CDS, sustentou que mais do que “uma escola de qualidade”, falta à visão do ensino preconizada pela direita a defesa de “uma escola de qualidade para todos”. ■

TÚNEL DO MARÃO IMPULSO À DESCENTRALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO INTERIOR

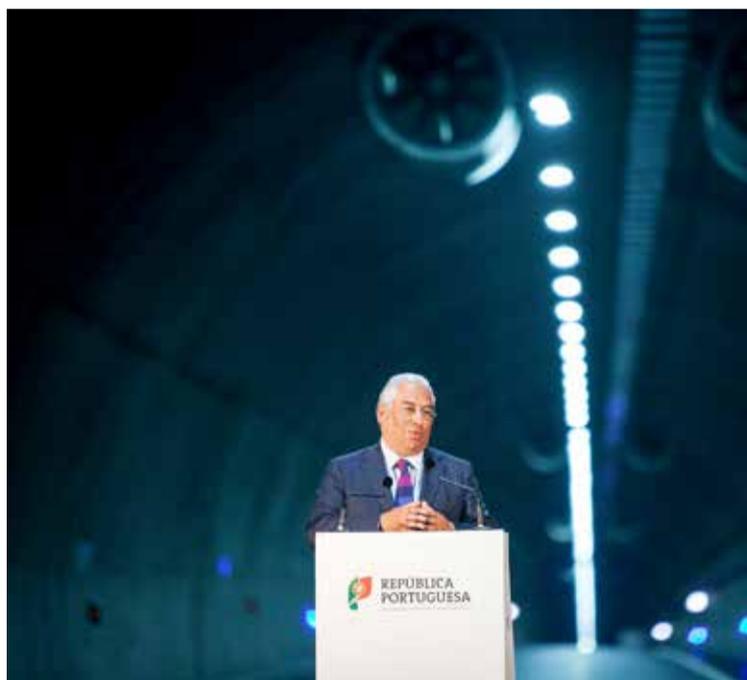
A região de Trás-os-Montes ficou mais perto do país com a inauguração, pelo primeiro-ministro, do túnel do Marão, uma obra orçada em cerca de 400 milhões de euros, dos quais 89 milhões são financiamento comunitário.

INTEGRADO na autoestrada que liga Amarante a Vila Real, num percurso de 30 quilómetros, dos quais 5,6 em túnel, o novo equipamento vai ajudar a reduzir o tempo de percurso entre a região de Trás-os-Montes e Alto Douro e entre o Porto e o Minho, aumentando também a segurança rodoviária.

Na sua intervenção, António Costa, depois de evocar tratar-se de um dia histórico, defen-

deu que este equipamento só cumprirá a sua função se verdadeiramente ajudar a que o Produto Interno Bruto (PIB) da região passe a “convergir para um novo patamar de desenvolvimento”.

A este propósito apontou alguns números, recordando que a média do PIB por pessoa em Trás-os-Montes é 61% do Grande Porto, “que fica apenas a uma hora de caminho”, e 50% do da



média da União Europeia, voltando a sublinhar que para se aproveitar bem esta infraestrutura “precisamos agora de apostar numa nova visão estratégica”, abandonando alguns

conceitos que insistentemente “tivemos durante muitos anos” e que contribuíram para transformar o interior do país nas “traseiras do litoral”.

Reafirmando o que vem defen-

dendo desde há muito tempo, António Costa sustentou que inverter este conceito obriga a que o país passe a ver o interior, não como até aqui, mas “como a porta de entrada” para o mercado único europeu, com especial enfoque “no mercado do outro lado da fronteira”, com 50 milhões de habitantes.

Não desprezando que as infraestruturas “são necessárias ao desenvolvimento e progresso do país”, mas que por si só “não constituem condição suficiente”, António Costa fez questão de afirmar que o novo equipamento constituirá um “impulso à descentralização” e uma “nova visão estratégica para a região”, garantindo que o túnel do Marão “não servirá para o Terreiro do Paço estender o seu longo braço até ao território transmontano”, comprometendo-se a devolver às regiões poder de decisão sobre o seu futuro e a “encurtar as assimetrias económicas”. ■



AEROPORTO HUMBERTO DELGADO

HOMENAGEM A UM PIONEIRO DA AVIAÇÃO E HERÓI DA LIBERDADE

O primeiro-ministro, António Costa, considerou no dia 15 de maio que a atribuição do nome de Humberto Delgado ao aeroporto de Lisboa representa "uma renovada homenagem a um pioneiro da aviação comercial e a um herói da liberdade" que desafiou o ditador Salazar nas presidenciais de 1958, o que lhe valeu a morte, anos mais tarde, às mãos da PIDE.

FALANDO na cerimónia de atribuição do nome do General Sem Medo ao aeroporto da Portela, presidida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, António Costa lembrou que teve "o privilégio" de ter podido propor, como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e de agora poder consagrar, como chefe do Governo, esta homenagem a Humberto Delgado, que considerou "um ato de justiça". O primeiro-ministro sublinhou ainda que "este ato que aqui nos reúne assume um alto valor pedagógico. As gerações novas, ao verem este nome, vão interrogar-se sobre quem é este homem e ficarão a saber que a

liberdade que hoje nos é tão natural como o ar que respiramos nos foi longamente negada". António Costa acrescentou que ficarão também a saber que "por essa liberdade combateram, sofreram e morreram muitos portugueses".

"Nada mais pode simbolizar a liberdade e a abertura do Portugal democrático do que este aeroporto que hoje passa a ter o nome daquele que, elevando-se sem medo, travou um combate decisivo pela nossa liberdade", acrescentou.

Já o presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, afirmou que "o nome de Humberto Delgado passará a ser o da

principal porta de entrada e de saída do país. É um ato de justiça para com uma personalidade que teve uma vida ímpar, de dedicação ao serviço público, de coragem, de desprendimento e de abnegação".

Personalidade de relevo da vida nacional do século XX, o general Humberto Delgado teve um papel decisivo, não apenas no combate pela liberdade e pela democracia durante a ditadura do Estado Novo, como também na criação da aviação comercial no país, através do estabelecimento de ligações aéreas entre as capitais do então império e da criação dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP). ■

OBVIAMENTE DEMITO-O

Foi com esta frase proferida no Café Chave de Ouro, em Lisboa, em resposta a um jornalista sobre o que aconteceria a Salazar caso Humberto Delgado vencesse as presidenciais de 1958, que o General Sem Medo galvanizou milhões de portugueses na sua campanha e fez tremer a ditadura do Estado Novo



35 HORAS NA FUNÇÃO PÚBLICA EM VIGOR A 1 DE JULHO

O primeiro-ministro diz-se surpreendido pela polémica que o assunto está a levantar garantindo que não haverá aplicação faseada das 35 horas semanais, confirmando que a medida entra em vigor já a partir do próximo dia 1 de julho para todos os trabalhadores da Função Pública.

FALANDO no dia 17 de maio no Parlamento português, no final de uma reunião da Assembleia Parlamentar Euro-Latina-americana (EuroLat), António Costa, depois de garantir que "não há nenhuma aplicação faseada", revelou que as 35 horas semanais vão mesmo entrar em vigor para a Função Pública a partir de 1 de julho.

Mostrando-se surpreendido com a polémica, e pelas críticas le-

vantadas pelos sindicatos, o primeiro-ministro salientou que nunca houve nenhuma proposta para aplicar as 35 horas semanais de forma faseada, mas sim "uma norma de bom senso", que permite abrir espaço e a "título excepcional" a que se possa proceder a ajustamentos de horário em serviços em que, por dificuldades concretas de contratação de pessoas necessárias, "esteja em causa a continuidade e quali-

dade dos serviços prestados aos cidadãos".

Uma norma que para António Costa permitirá "não o faseamento, mas pequenos ajustamentos de horários", tema, como acentuou, que foi objeto de um levantamento feito pelo Governo, junto das diversas estruturas sindicais e dos ministérios, não se tendo detetado, neste particular, como sublinhou, quaisquer obstáculos relacionados com es-

ses ajustamentos, talvez com a única "exceção dos hospitais". Mas também neste particular, sustentou o primeiro-ministro, o Governo tem vindo a trabalhar com os sindicatos dos enfermeiros para que se encontrem formas de resolver os eventuais problemas que se coloquem não só no caso dos enfermeiros mas também nos técnicos auxiliares. Para António Costa, o que está em causa é cumprir o que está no

programa do Governo, adotando o horário das 35 horas semanais "sem aumento da despesa global com pessoal", garantindo que estão criados os instrumentos necessários para que o Governo possa controlar "quer as contratações quer as horas extraordinárias", de forma a "não haver aumento da despesa", não deixando de garantir o "cumprimento da aplicação da medida já a partir do próximo dia 1 de julho." ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



APOSTA NA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O PRIMEIRO-MINISTRO, António Costa, afirmou no dia 19 de maio, no Porto, que “a aposta no conhecimento é o nosso compromisso para o futuro porque ao apostar no conhecimento estamos a estimular o acesso à formação e cultura”.

António Costa, que falava durante a inauguração do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S) da Universidade do Porto, sublinhou que os objetivos centrais da política do Governo PS nesta área são o aumento das qualificações de nível superior e o reforço do investimento na investigação e desenvolvimento.

Para o primeiro-ministro, “o I3S vem mostrar que o património do conhecimento científico representa o maior ativo de que a sociedade portuguesa dispõe para responder aos desafios sociais, económicos e ambientais da próxima década”.

Acrescentando que “o I3S é um exemplo paradigmático da centralidade da ciência e do conhecimento como motor de progresso e desenvolvimento do país”. ■

PORTUGAL MAIS JUSTO E MAIS IGUAL

NO DIA 17 de maio celebrou-se o Dia Internacional Contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Independentemente do género e da orientação sexual, todas as pessoas têm direito a um tratamento digno e à proteção contra discriminações.

Graças à ação dos partidos da família socialista europeia, os direitos das pessoas LGBTI melhoraram consideravelmente na União Europeia nos últimos anos.

Em Portugal, após as eleições legislativas de outubro 2015, a nova maioria de esquerda no Parlamento aprovou o direito de adoção pelos casais do mesmo sexo, dando tradução a um compromisso assumido pelo PS no sentido de eliminar uma restrição legal discriminatória, em defesa de um país mais justo e igual no interesse de muitas famílias e crianças.

Também na presente legislatura, e com o PS sempre na linha da frente, foi aprovado pela maioria de esquerda parlamentar o alargamento das técnicas de procriação medicamente assistida a todas as mulheres, independentemente do seu estado civil ou orientação sexual, completando o percurso iniciado em 2006, durante uma governação socialista. ■



ANTÓNIO COSTA INAUGUROU PASSEIO DAS DUNAS EM QUARTEIRA

O PRIMEIRO-MINISTRO, António Costa, presidiu à inauguração do Passeio das Dunas, em Quarteira, concelho de Loulé, obra de requalificação da zona degrada-

da do antigo bairro de pescadores, que liga Quarteira e Vilamoura.

Destacando a importância da intervenção para a coesão social e territorial desta freguesia algarvia, António Costa sublinhou que a obra representa “o esforço naquilo que é o melhor que o Algarve tem para dar, que são os seus recursos naturais e a sua qualidade ambiental”.

“Investir na proteção da natureza é investir no futuro do Algarve e é isso que mais valor tem sob o solo, acima do solo, no mar ou no ar”, acrescentou o primeiro-ministro. ■

APOSTA NA EXPANSÃO DO TURISMO

O PRIMEIRO-MINISTRO defendeu que o turismo é um sector que “importa expandir” de norte a sul e do litoral ao interior, para aproveitar os recursos que existem em todas as regiões do país. Um sector que, realçou António Costa, representa atualmente 15,3% das exportações e 8,2% do emprego.

Segundo o chefe do Governo, “o turismo é um sector que importa expandir para aproveitar precisamente os recursos endógenos que existem em todas estas regiões do país. Temos todos grandes desafios pela frente para que o turismo seja uma atividade sustentável de norte a sul e do litoral ao interior”.

António Costa falava na Guarda, na inauguração da terceira edição da Feira Ibérica de Turismo (FIT), numa organização da Câmara Municipal local.

No seu discurso, o primeiro-ministro considerou que “é essencial desconcentrar a procura turística, geográfica, e ao



longo de todo o ano” e “crescer em valor na oferta, criando fatores de atratividade que levem os turistas a conhecer regiões que não são as tradicionais e a ficar mais tempo e a gastar mais”, acrescentando que “é nisto que estamos a trabalhar”.

Ou seja, frisou, “criar as condições para promover a sustentabilidade desta atividade turística em todo o território nacional, para que crie de facto riqueza e emprego qualificado”. ■

GASÓLEO PROFISSIONAL MAIS BARATO

OS VEÍCULOS de transporte de mercadorias, com peso superior a 35 toneladas, vão poder beneficiar, já a partir do próximo mês de julho, de gasóleo mais barato a par de uma redução acrescida nas portagens da ex-scuts. A medida não é extensível a outros sectores, designadamente aos transportes públicos de passageiros.

As transportadoras de mercadorias vão passar a ter gasóleo mais barato e um desconto nas portagens das autoestradas das ex-scuts. A decisão foi anunciada pelo ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, no final de uma reunião do Governo com os representantes das associações profissionais do sector.

Este projeto-piloto, tal como destacou o governante, vai arrancar em julho deste ano, em quatro zonas de fronteira, durará seis meses, e apenas será válido nos postos de abastecimento de combustíveis localizados em Quintanilha, distrito de Bragança, Vilar Formoso, na Guarda, Caia, em Elvas e Vila Verde de Ficalho, no distrito de Beja. ■

LINHA DE CRÉDITO PARA PRODUTORES DE LEITE E SUINICULTORES

OS PRODUTORES de leite de vaca cru e de suínos vão poder recorrer a linhas de crédito no valor de 20 milhões de euros.

O Governo anunciou no dia 12 de maio a aprovação do decreto-lei que cria duas linhas de crédito garantidas, cada uma com 10 milhões de euros.

A primeira, designada Linha Tesouraria, tem como objetivo apoiar encargos de tesouraria dos produtores, e a segunda, denominada Linha Reestruturação, visa apoiar a reestruturação de dívidas com instituições de crédito ou com fornecedores, relacionadas com a atividade desenvolvida pelos produtores.

Na mesma nota, o Conselho de Ministros destaca que “a criação de instrumentos financeiros capazes de dar resposta às necessidades destes dois setores revela-se fundamental tendo em conta a situação de dificuldade de acesso ao crédito em que os produtores se encontram”. ■

DEBATE QUINZENAL

PASSOS COELHO ENGANOU AS PESSOAS SOBRE OS CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO

O primeiro-ministro acusou no dia 13 o PSD de enganar as pessoas sobre os contratos de associação com colégios privados que assinou quando estava no Governo, reiterando que nenhuma criança que esteja abrangida por um contrato deixará de completar o ciclo que frequenta.

“NÃO DIABOLIZAMOS nada, não fazemos é confusões, nem fazemos demagogia à custa daquilo que é a confiança e a tranquilidade que as crianças e as famílias têm de ter relativamente àquilo que o senhor contratou e que, pelos vistos, enganou as pessoas sobre aquilo que contratou”, afirmou António Costa. O primeiro-ministro respondia a uma pergunta colocada pelo líder do PSD, Passos Coelho, no debate quinzenal no Parlamento. Reiterando que o Governo está a cumprir “escrupulosamente” os contratos assinados pelo anterior Executivo PSD/CDS-PP, António Costa fez questão de denunciar que estes podem “ter iludido algumas pessoas”, pois

o que está lá disposto “é assegurar numa base plurianual que sejam cumpridos e financiados com contrato de associação os meninos até completarem o ciclo onde se matricularam”. Direita bate na mobília A acusação do primeiro-ministro de que o PSD “enganou” as pessoas sobre os contratos de associação que assinou provocou um ataque de nervos na bancada laranja, com alguns deputados a baterem violentamente com as mãos na bancada. Tal comportamento, que começa a ser uma triste marca da direita, originou uma intervenção do presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, lembrando “há formas



regimentais de proteger a honra que passam por não estragar a mobília”. Reiterando que o Governo está a aplicar a lei, António Costa assegurou que nenhuma criança que esteja abrangida por um contrato de associação deixará de terminar o ciclo no mesmo colégio.

Governo cumpre a lei e a Constituição

Na mesa linha da intervenção do primeiro-ministro, o deputado do PS Porfírio Silva su-

blinou o compromisso do PS com a escola pública e o respeito com os contratos de associação firmados pelo anterior Governo.

O atual Executivo “cumpre a lei e a Constituição. O PS nunca desrespeitaria contratos, para isso bastou o anterior Governo”, observou o parlamentar.

“Não viramos a cara à obrigação de defender a escola pública” e “uma sociedade democrática valoriza a oferta plural de projetos educativos”. Porém, sublinhou, “não pode-

mos aceitar que a escola pública se torne supletiva da escola privada. Não admitimos a prática inaceitável de fechar turmas no público para criar artificialmente turmas no privado”.

Dirigindo-se ao líder da oposição, Porfírio Silva considerou que as críticas do PSD ao Ministério da Educação são reflexo de “agentes políticos que perderam o norte”, se sentem “sistematicamente ultrapassados pelo antigo parceiro de coligação” e revelam “radicalismo e irresponsabilidade”. ■

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA TRANSMITIU APOIO AOS DESAFIOS DE PORTUGAL

O PS registou no dia 19 de maio as palavras de apoio e confiança aos desafios do país transmitidas pelo vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, que num encontro com parlamentares socialistas, na Assembleia da República, defendeu que o papel de Bruxelas é “ajudar Portugal a enfrentar os seus desafios orçamentais e estruturais”.

TIMMERMANS reiterou aos deputados socialistas que “é também do interesse da Europa que Portugal tenha sucesso”, tendo manifestado confiança que o Governo português “alcançará bons resultados, para o benefício da economia portuguesa e dos cidadãos portugueses”.

Na reunião, o primeiro vice-presidente da Comissão considerou também que a União Europeia tem de “reformular” para legislar melhor, “aprimorar” as relações interinstitucionais e “preservar” os princípios do Estado de Direito presentes na Carta dos Direitos Fundamentais.



O encontro, que se realizou a convite do Partido Socialista, integrou-se no âmbito da visita oficial de Timmermans a Portugal, contando com a participação do deputado e secretário nacional do PS para as Relações Internacionais Porfírio Silva, assim como de parlamentares socialistas que integram

as comissões de Assuntos Europeus, Assuntos Constitucionais e Negócios Estrangeiros. Por sua vez, os deputados socialistas “manifestaram apreço” pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por Frans Timmermans em Bruxelas, em particular no domínio da proteção do Estado de Direito e dos

Direitos Humanos no espaço europeu.

“O primeiro vice-presidente Timmermans tem desenvolvido um esforço considerável de diálogo com os Estados-membros para proteger o espaço comum de extremismos e de retrocessos civilizacionais”, salientou Porfírio Silva, reforçando que “é na proteção dos Direitos Humanos, do Estado de Direito e dos mais desfavorecidos que a Europa deve ser inflexível”.

No diálogo com o vice-presidente da Comissão Europeia, o secretário nacional do PS sustentou ainda, em relação aos desafios que se colocam ao país, que Portugal “está a fazer um esforço credível para respeitar as regras europeias, não insistindo numa estratégia de austeridade que empobreceu o país, antes apostando numa estratégia de inovação e de modernização, tanto económica como social”. ■

SEM ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NÃO HÁ LIBERDADE DE ESCOLHA

GABRIELA CANAVILHAS



“ O Ministério da Educação está neste momento a travar aquela que é a sua maior luta e a sua maior missão: reorientar os seus recursos para a escola pública

Não há valor mais importante para o PS do que a Liberdade. É pela defesa do exercício da cidadania em liberdade, em todos os domínios, que nos associamos à causa socialista.

A liberdade no acesso ao ensino, a liberdade na escolha de escola, a liberdade nas opções profissionais, tudo isto são causas que só se atingem com uma escola pública forte, imbatível, de qualidade inquestionável, de livre acesso e espalhada por todos os locais do país onde haja alunos.

Para isso, há que orientar todos os recursos e esforços para fazer dela a primeira escolha dos pais e alunos. Já assim foi no passado – os colégios eram a segunda escolha, a qualidade era menor ou eram de perfil especificamente alternativo (confessionais e outros).

Entretanto, para suprir carências da rede pública, as parcerias com o Estado foram fazendo deles réplicas das escolas públicas, mas com benefícios. A rede foi-se alargando, os braços multiplicaram-se e foram secando à sua volta as escolas públicas, mitigadas de recursos financeiros e humanos, remetidas para um patamar injustificadamente menorizado.

O Ministério da Educação está neste momento a travar aquela que é a sua maior luta e a sua maior missão: reorientar os seus recursos para a Escola Pública, tornar a escola de todos na primeira opção das crianças portuguesas, valorizar o património humano, científico, pedagógico e imóvel da escola pública e assim permitir que haja verdadeira liberdade de acesso, liberdade de escolha e liberdade nas opções das escolhas profissionais dos jovens portugueses.

A direita portuguesa não compreende esta batalha pela escola pública. Talvez porque, no íntimo, ainda não tenha entendido, em toda a sua extensão, o conceito da palavra Liberdade. ■



ANTÓNIO GUTERRES “HONORIS CAUSA” PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

António Guterres alertou, no dia 21 de maio, para o risco do colapso do sistema de proteção de refugiados, defendendo que é necessária uma maior intervenção da comunidade internacional através de “uma mega operação de reinstalação à escala global”.

PARA o ex-alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, instrumentos que assegurem o movimento legal de refugiados “para o mundo desenvolvido”, juntamente com o aumento “significativo” da ajuda humanitária e de mecanismos de cooperação económica nos países de primeiro acolhimento, são as únicas soluções possíveis para se responder “às necessidades dos refugiados” e aos países que estão na primeira linha. António Guterres falava como orador convidado na conferência «A Situação Internacional e os Movimentos Forçados de População», no auditório da Faculdade de Economia da Universidade de

Coimbra, um dia antes de receber o título de doutor “honoris causa” pela Universidade de Coimbra. Após ter recebido o título, o candidato a secretário-geral das Nações Unidas (ONU) afirmou que a situação é “complexa”, mas que pretende fazer valer os seus pontos de vista, aguardando “serenamente” a decisão dos Estados-membros. “Estou muito tranquilo, fazendo naturalmente o possível para fazer valer os meus pontos de vista, mas aguardando serenamente as decisões da comunidade internacional”, disse. A cerimónia contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do

primeiro-ministro, António Costa, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, da ministra da Presidência, Maria Manuel Leitão Marques, que incorporou o cortejo enquanto professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), da secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques, e dos deputados Edite Estrela e Porfírio Silva. Os também docentes da FEUC José Reis e José Manuel Pureza proferiram os discursos de elogio do candidato ao título e da sua apresentante, a fundadora do Conselho Português para os Refugiados, Teresa Tito de Moraes, respetivamente. ■

PORTUGAL PROPÕE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS PELO EMPREGO E EDUCAÇÃO

António Costa considerou essencial, no dia 23 de maio, em Istambul, a integração dos refugiados pelo emprego e educação, reiterando a disponibilidade e o empenho de Portugal para oferecer essas oportunidades de acolhimento inclusivo.

O CHEFE do Governo, que liderou a comitiva portuguesa à Cimeira Humanitária Mundial, a qual integrou António Guterres, antigo alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, participou num dos painéis temáticos da cimeira, intitulado “Não deixar ninguém para trás”, onde se demarcou

da política de encerramento de fronteiras e defendeu que a “migração segura e ordenada” pode ter efeitos positivos para a resolução dos desequilíbrios demográficos. “Estamos dispostos a contribuir para encontrar soluções. Estamos dispostos a dobrar essa quota, num ato de so-

lidariedade com outros países diretamente mais afetados. Portugal compromete-se a colocar em prática vias adicionais para admissão de refugiados, oferecendo também oportunidades de educação e de emprego para facilitar a integração dos refugiados”, sublinhou. ■